

Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades¹

Between America and Abya Yala – Tensions of Territorialities

Carlos Walter PORTO-GONÇALVES*

RESUMO

O presente artigo pretende configurar as tensões de territorialidades ambientais, sociais e culturais que se apresentam nas designações linguísticas Abya Yala, América e América Criolla, com significações próprias e implicações de caráter eminentemente político. A primeira se inscreve, recentemente, no léxico político dos chamados *povos originários*, que, em luta contra processos históricos de cunho colonial e neocolonial, afirmam sua própria identidade como sujeitos políticos; a segunda refere-se a uma designação eurocêntrica (América); e a terceira, América Criolla, é expressão com sentidos diferenciados nos países andinos, caribenhos e brasileiros. Assim, procura-se caracterizar como a linguagem se territorializa num campo vasto de significações, que abarca o ambiente como um todo em suas múltiplas dimensões.

Palavras-chave: Abya Yala; Américas; tensões entre territorialidades.

ABSTRACT

This article intends to configure the tensions of environmental, social and cultural territorialities presented in the linguistic designations of Abya Yala, America, America Criolla, with their own significations and eminently political implications. The first one has been recently registered in the political lexicon of the so-called *original people*, who assert their own identity as political subjects as they fight against historical colonial and neo-colonial processes; the second refers to an Eurocentric designation (America); and America *Criolla* has different meanings in the Andean, Caribbean and Brazilian countries. Thus we characterize how the language is territorialized in a wide range of significations that enclose the environment as a whole in its multiple dimensions.

Key-words: Abya Yala; America; tensions of territoriality.

* Doutor em Geografia pela UFRJ e Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. É pesquisador do CNPq e Membro do Grupo Hegemonia e Emancipações da Clacso. Membro do Grupo de Assessores do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Autônoma da Cidade do México. Ganhador do Prêmio da Casa de las Américas em Literatura Brasileira, 2008, e do Prêmio Chico Mendes em Ciência e Tecnologia, em 2004. É autor de diversos artigos e livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.

¹ Este artigo partiu de uma versão em espanhol, bastante resumida, publicada em Madrid na “Latinoamericana: Enciclopédia Contemporanea da América Latina y Caribe”, em 2009.

Abya Yala, na língua do povo Kuna, significa *Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento* e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas).

Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama –, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada por esses povos, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.

Embora alguns intelectuais, como o sociólogo catalão-boliviano Xavier Albó, já houvessem utilizado a expressão Abya Yala como contraponto à designação consagrada de América, a primeira vez que a expressão foi explicitamente usada com esse sentido político foi na II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, realizada em Quito, em 2004. Note-se que na I Cumbre, ocorrida no México no ano de 2000, a expressão Abya Yala ainda não fora invocada, como se pode ler na Declaración de Teotihuacan, quando seus integrantes se apresentam como *los Pueblos Indígenas de América reafirmamos nuestros principios de espiritualidad comunitaria y el inalienable derecho a la autodeterminació como Pueblos Originarios de este continente*.

A partir de 2007, no entanto, na III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala realizada em Iximche, Guatemala, não só se autoconvocam com a designação Abya Yala, como ainda resolvem constituir uma Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala,

como espaço permanente de enlace e intercâmbio, onde possam convergir experiências e propostas, para que juntos enfrentemos as políticas de globalização neoliberal e

lutemos pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem.

Pouco a pouco, nos diferentes encontros do movimento dos povos indígenas, o nome América vem sendo substituído por Abya Yala, indicando assim não só outro nome, mas também a presença de outro sujeito enunciador de discurso, até então calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários.

A ideia de um nome próprio, que abarcasse todo o continente, se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que começaram a superar o longo processo de isolamento político a que se viram submetidos depois da invasão de seus territórios, em 1492, com a chegada dos europeus. Juntamente com Abya Yala, há todo um novo léxico político que também vem sendo construído, em que a própria expressão *povos originários* ganha sentido. Essa expressão afirmativa foi a que esses povos em luta encontraram para se autodesignar e superar a generalização eurocêntrica de povos indígenas. Afinal, antes da chegada dos invasores europeus, havia no continente uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes que se distinguiam como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huaraoi, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashanninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante, entre tantas nacionalidades e tantos povos dele originários.

Apesar de a expressão indígena significar, em latim, aquele que é “nascido em casa”, a designação, entre nós, ficou marcada por indicar aqueles que habitavam as Índias Ocidentais, nome que os espanhóis atribuíam não só ao novo continente, como também às Filipinas¹. A expressão *indígena* é, nesse sentido, uma das maiores violências simbólicas cometidas contra os povos originários de Abya Yala, na medida em que é uma designação que faz referência às Índias, ou seja, à região buscada pelos negociantes europeus em finais do século XV. A expressão indígena ignora, assim, que esses outros povos tinham seus nomes próprios e designação própria para os seus territórios. Paradoxalmente, a expressão *povos indígenas*, na mesma medida em que ignora a *differentia specifica* desses povos, contribui para unificá-los não só do ponto de vista dos conquistadores/

¹ Para o império espanhol, as Índias Ocidentais abrangiam a região que ia desde as ilhas do Caribe até as Filipinas (terra de Filipe), passando pelo continente de Abya Yala.

invasores, mas também como designação que, a princípio, vai servir para constituir a unidade política desses povos por si mesmos, quando começam a perceber a história comum de humilhação, opressão e exploração de sua população e a dilapidação e devastação de seus recursos naturais.

Assim é que, recentemente, os povos originários começaram a inserir no léxico político o novo nome, Abya Yala, para designar o continente que, desde finais do século 18 e, sobretudo desde o século 19, passamos a conhecer por América. Não olvidemos que os espanhóis designavam essa região por Índias Ocidentais que, diga-se de passagem, abrangia uma vasta região que ia desde o Caribe, passava por México e Peru e suas áreas adjacentes, e ia até as Filipinas. Nem que Portugal ignorava essa designação de América, chamando sua colônia pelo nome do pau para cuja obtenção começaram a explorar esse território, o que nos deu um adjetivo pátrio incômodo: brasileiro, que significava o português que vivia de explorar o Brasil, conforme o historiador José Carlos Reis.

O nome América, por sua vez, foi enunciado pelas elites *criollas* para se afirmarem perante/contra as metrópoles europeias, a geografia aqui servindo para afirmar uma territorialidade própria, que se distinguia daquela do Velho Mundo, e a expressão América Latina² ter-se-ia afirmado a partir de José María Torres Caicedo, com seu poema *Las Dos Américas*, publicado em 1856, para nominar o que Bolívar já havia denunciado em 1826 contra a Doutrina Monroe (1823), inscrevendo assim a distinção entre uma América Anglo-saxônica e outra Latina, o que, mais tarde, levaria José Martí a falar de *nuestra América*.

Ora, América Latina ainda é uma América que se vê europeia – latina – e, com isso, silencia grupos sociais e nações que longe estavam da latinidade, exceto por sofrerem os desdobramentos imperiais que tão marcadamente caracterizam a tradição eurocêntrica. De certa forma, é uma oposição a isso que os povos originários de Abya Yala querem afirmar ao adotarem um nome próprio por meio do qual buscam se reapropriar do território que lhes foi arrebatado, como se vê, de maneira não definitiva. No entanto, a expressão ainda deixa de fora os afrodescendentes.

O interessante é que a ideologia da mestiçagem buscou exatamente suprimir essa tensão entre os diferentes grupos sociais, introduzindo, com isso, uma identidade – a mesti-

ça – que silencia, sobretudo, os grupos sociais que foram racializados pela tradição colonial. As ciências sociais têm sofrido com essa transposição de conceitos oriundos das ciências da natureza, como o de mestiçagem que, no fundo, dá sobrevida ao pseudoconceito científico de raça. Enfim, a ideologia da mestiçagem contribui para que se olvide a construção epistêmica das relações sociais e de poder de modo racializado. Afinal, aqui na América não havia índios, assim como na África não havia negros. Foi o encontro colonial – La Boétie chamou-o de *mal-encontro* –, que classificou o outro pela cor da pele e, com isso, instituiu um sistema de classes sociais racializado, conforme Aníbal Quijano (2000) nos esclarece. Como bem disse o intelectual e ativista aymara Fausto Reinaga, nos anos de 1960: *Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação*. Definitivamente, há uma racialização na instituição das classes sociais entre nós.

Talvez nos falte a expressão América *Criolla* para que demos conta das contradições que se inscrevem neste continente e que nos atravessam de norte a sul. A sua ausência nos diz muito do poder de enunciação dos diferentes grupos sociais, no caso, a hegemonia *criolla* que, como toda boa hegemonia dominante, esconde seu lugar de enunciação. Assim, a elite *criolla* não nomeou o continente com seu lugar de enunciação e, por isso, não nos ofereceu uma América *Criolla*. Mas, se *criollo* é aquele de outro lugar nascido na América, a expressão não tem o mesmo sentido quando vista dos Andes e da América Central ou quando vista do Caribe e do Brasil. Se na América andina e centro-americana ela está claramente identificada com o fidalgo, ou seja, com os filhos d'algum (de onde vem a expressão fidalgo), no Caribe e no Brasil a expressão crioulo se refere aos negros, ou seja, aos filhos de ninguém, aos *dannés*, isto é, aos *condenados da terra*, de Franz Fanon.

Não será invisibilizando essa tensão que seremos capazes de superar as contradições que nos habitam enquanto história in-corpo-rada há 500 anos. A experiência ora em curso na Bolívia e no Equador, países onde o protagonismo indígena é indiscutível, mostra que é possível, com a interculturalidade, superar as limitações dos estudos culturais estadunidenses e seu multiculturalismo, e o pós-modernismo³, que mantém cada macaco em seu galho e dá azo a nefastos fundamentalismos essencialistas. Afinal, é

² Admite-se também que o termo teria sido utilizado no mesmo ano, numa conferência proferida pelo filósofo chileno Franciso Bilbao.

³ Walter Mignolo diz que o pós-modernismo ainda permanece eurocêntrico em sua crítica à modernidade.

possível superar as xenofobias de inspiração racista a partir de outros projetos epistêmicos e políticos, e isso implica aceitar que a tradição liberal com seu princípio individualista tem cor e lugar de origem: a Europa. Enfim, essa tradição é provinciana e como todo mau provincianismo pensa que seu mundo é O Mundo. E o pior provincianismo é aquele que, detendo o poder, tenta se apresentar como universal, olvidando a pluriversalidade do mundo.

Abya Yala configura-se, portanto, como parte de um processo de construção político-identitário em que as práticas discursivas cumprem um papel relevante de descolonização do pensamento e que tem caracterizado o novo ciclo do movimento indígena, cada vez mais um movimento dos povos originários. A compreensão da riqueza dos povos que aqui vivem há milhares de anos e do papel que tiveram e têm na constituição do sistema-mundo, vem alimentando a construção desse processo político-identitário. Considerese, por exemplo, que até a invasão de Abya Yala (América) a Europa tinha um papel marginal nos grandes circuitos mercantis, que possuíam em Constantinopla um dos seus lugares centrais.

A tomada dessa cidade pelos turcos, em 1453, engendrou a busca por caminhos alternativos, sobretudo por parte dos grandes negociantes genoveses, que encontraram apoio político entre as monarquias ibéricas e na Igreja Católica Romana. Desde então, circuitos mercantis relativamente independentes no mundo passam a se integrar, inclusive constituindo o circuito Atlântico com a incorporação do Tawantinsuyu (região do atual Peru, Equador e Bolívia, principalmente), do Anahuac (região do atual México e Guatemala, principalmente), das terras guarani (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia, principalmente) e Pindorama (nome com que os tupis designavam o Brasil).

O caráter periférico e marginal da Europa era tal que a expressão *orientar-se* – ir para o Oriente – indicava a relevância do Oriente à época. Assim, é com a incorporação dos povos de Abya Yala e o seu subjugado político, juntamente com o tráfico e a escravidão dos negros africanos trazidos para este continente, que se ensejará a centralidade da Europa. Enfim, o surgimento do sistema mundo moderno se dá juntamente com a construção da colonialidade. É de um sistema mundo moderno-colonial que se trata, portanto. E é esse caráter contraditório inscrito no sistema mundo moderno, que procura olvidar o seu caráter também colonial, que os povos originários de Abya Yala vêm procurando

explicitar na luta *pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem.*

Deste modo, a descolonização do pensamento se coloca como central para os povos originários de Abya Yala. Como bem assinalou Luis Macas, da CONAIE – Coordinadora de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador – *nuestra lucha es epistémica e política* (MACAS, 2005) e nela o poder de designar o que é o mundo cumpre um papel fundamental. Vários intelectuais ligados às lutas dos povos de Abya Yala têm assinalado o caráter etnocêntrico inscrito nas próprias instituições, inclusive no Estado Territorial, cujo eixo estruturante está na propriedade privada e cujo fundamento se encontra no Direito Romano. Apesar de sua origem regional europeia, as fundações do Estado Territorial, inclusive a ideia de espaços mutuamente excludentes, como a propriedade privada, têm sido impostos ao resto do mundo como se fossem universais, ignorando as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais que predominavam na maior parte do mundo, quase sempre comunitárias e não mutuamente excludentes.

Na América Latina, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, como afirmou o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), explicitando o caráter colonial das instituições que sobreviveram após a independência e que ilumina a declaração de Evo Morales Ayma quando de sua posse na Presidência da República da Bolívia, em 2006, quando afirmou que é preciso descolonizar o estado. Para que não se pense que se trata de uma afirmação abstrata, registre-se que os concursos para servidores públicos naquele país eram feitos exclusivamente em língua espanhola, quando aproximadamente 62% da população pensa em quechua, aymara e guarani línguas que falam predominantemente no seu cotidiano. Em países como a Guatemala, Bolívia, Peru, México, Equador e Paraguai, assim como em certas regiões do Chile (no sul, onde vivem aproximadamente um milhão de araucanos/mapuches), da Argentina (Chaco norteño) e da Amazônia (brasileira, colombiana e venezuelana) o caráter colonial do Estado se faz presente com todo seu peso. O *colonialismo interno*, expressão consagrada por Pablo Gonzalez Casanova (2006), mostra-se atual, enquanto história de longa duração atualizada. Não raro essas regiões são objeto de programas de desenvolvimento, quase sempre de (des)envolvimento; de modernização, quase sempre de colonização (aliás, essas expressões, quase sempre, são sinônimas).

A escolha do nome Abya Yala, em idioma kuna, recupera a luta por afirmação dos territórios de que os Kuna foram pioneiros, com sua revolução de 1925, consagrada, em 1930, com o direito de autonomia da Comarca de Kuna Yala, com seus 320 mil e 600 hectares de terras mais as águas vizinhas do arquipélago de San Blas. A luta pelo território configura-se como uma das mais relevantes no novo ciclo de lutas do movimento dos povos originários, que se delineia a partir dos anos oitenta do século passado (posição dos Miskitos com/contra a Revolução Sandinista na Nicarágua) e que ganha sua maior expressão nos anos noventa e inícios do novo século (Marcha pela Dignidade e pelo Território na Bolívia e no Equador, em 1990, e Levante Zapatista, em 1994), revelando mudanças profundas, tanto do ponto de vista epistêmico quanto político.

Nesse novo ciclo de lutas, ocorre um deslocamento da luta pela terra enquanto um meio de produção, característico de um movimento que se construiu em torno da identidade camponesa, para uma luta em torno do território. As grandes Marchas pela Dignidade e pelo Território de 1990, que foram mobilizadas na Bolívia e no Equador com estruturas organizacionais independentes, são marcos desse novo momento. *Não queremos terra, queremos território*, eis a síntese expressa num cartaz boliviano. Assim, mais do que uma classe social, o que se vê em construção é uma comunidade etnopolítica; enfim, é o indigenato (Darcy Ribeiro) constituindo-se como sujeito político. Considerese que foi fundamental para essa emergência a tensa luta dos mosquitos, no interior da Revolução Sandinista na Nicarágua (1979-1989), pela afirmação de seu direito à diferença e à demarcação de seus territórios que, apesar de todo o desgaste que trouxe aquela experiência revolucionária – em grande parte, pela colonialidade presente entre as correntes políticas e ideológicas que a lideraram –, nos legou uma das mais avançadas legislações sobre os direitos de autonomia dos povos originários, conforme nos informa Héctor Diaz-Polanco (2004).

O levantamento zapatista de 1º de janeiro de 1994 daria grande visibilidade a esse movimento que, ainda que de modo desigual, se espalha por todo o continente ao mostrar, pela primeira vez na história, que os povos originários começam a dar respostas mais que locais e regionais a suas demandas. O protagonismo desse movimento tem sido importante na luta pela reapropriação dos seus recursos naturais, como se pode ver em 2000, em Cochabamba, na Guerra del Água, e em 2005, na Guerra do Gás, ambas

na Bolívia; mas também entre os araucanos/mapuche, no Chile, na luta pela reapropriação do rio Bio Bio, ameaçado pela construção de hidrelétricas; ou ainda na luta contra a exploração petroleira no Parque Nacional de Yasuny, na Amazônia equatoriana; ou na fronteira colombiano-venezuelana (Yukpas), também em oposição à exploração mineral, entre tantos outros exemplos.

Esse movimento tem sido fundamental ainda na luta pela preservação da diversidade biológica, em grande parte associada à diversidade cultural e linguística. A dimensão territorial desse movimento se mostra também no seu protagonismo diante das novas estratégias supranacionais de territorialização do capital, como no caso do NAFTA, da ALCA e dos TLCs, sobretudo na luta contra a construção de toda a infra-estrutura logística que dá materialidade a esses tratados, como o Plano Mérida (ex-Plano Puebla-Panamá), a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e seus programas nacionais, como o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC – Governo Lula da Silva, Brasil) e os Eixos de Desenvolvimento (Governo Hugo Chávez, Venezuela), entre outros. O movimento zapatista explicitou melhor que qualquer outro esse sentido, ao fazer emergir o México Profundo – poder-se-ia dizer a América Profunda – exatamente no dia em que se assinava o NAFTA. O protagonismo do movimento dos povos originários também foi importante na luta contra a Alca e os Tratados de Livre Comércio que se seguiram à derrota desta.

Como se vê, a luta pelo território assume caráter central, numa perspectiva teórico-política inovadora, na medida em que a dimensão subjetiva, cultural, se vê aliada à dimensão material – água, biodiversidade, terra. Território é, assim, natureza + cultura, como insistem o antropólogo colombiano Arturo Escobar (1996) e o epistemólogo mexicano Enrique Leff (2004), e a luta pelo território se mostra com todas as suas implicações epistêmicas e políticas. Quando observamos as regiões de nosso continente que abrigam a maior riqueza em biodiversidade e em água, podemos ver quão estratégicos esses povos são e o quanto tendem a sê-lo cada vez mais diante das novas fronteiras de expansão do capital (DIAZ-POLANCO, 2004; CECEÑA, 2004).

Abya Yala se coloca assim como um atrator (PRI-GOGINE, 1996) em torno do qual outro sistema pode se configurar. É isso que os povos originários estão propondo com esse outro léxico político. Não olvidemos que dar nome próprio é apropriar-se. É tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques,

aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal, constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando seu um espaço

– um território. A linguagem territorializa e, assim, entre América e Abya Yala se revela a tensão de territorialidades.

Referências

- ALBÓ, X.; BARRIOS, R. *Cultura y política. Violências encubiertas en Bolivia*. v. 1. La Paz: CIPCA-Aruyiri, 1993.
- AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Comp.) *La teoria marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, [s.d.].
- CECEÑA, A. E. Los desafíos del mundo en que caben todos los mundos y la subversión del saber histórico de la lucha. *Revista Chiapas*, n. 16, [s.p.], 2004.
- ESCOBAR, A. *La invención del tercer mundo – construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Ed. Norma, 1996.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- DÁVALOS, P. *Yuyarinakuy*: “digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos”. Quito: Ediciones Iccí-Abya Yala, 2001.
- DIÁZ-POLANCO, H. *El canon Snorri*: diversidad cultural y tolerância. México: Universidad de la Ciudad de México, 2004.
- GONZÁLES CASANOVA, P. *Colonialismo Interno* [uma redefinición]. In: BORÓN, A., 2006.
- LEFF, E. *Racionalidad Ambiental – la reapropiación social de la naturaleza*. México: Siglo XXI, 2004.
- MACAS, L. *Reflexiones sobre el sujeto comunitario, la democracia y el Estado*. Entrevista realizada por Daniel Mato. In: MACAS, L.; DÁVALOS. *Entrevistas a Intelectuales Indígenas*. n. 3. Caracas: Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales: CIPOST, FACES: Universidad Central de Venezuela, 2005. Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/entrevistas.html>>.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Latifundios genéticos y existência indígena. *Revista Chiapas*, n. 14, [s.p.], 2002.
- PRIGOGINE, Ilya. *O Fim das Certezas - Tempo, Caos e Leis da Natureza*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber*: eurocentrismo y ciências sociais. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2000.
- REIS, J. C. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
- RIVERA CUSICANQUI, S. *Oprimidos pero no vencidos*: luchas del campesinado aymara y quechwa de Bolivia, 1980-1990. La Paz: CSUTCB, [s.d.].
- VENTOCILLA, J.; HERRERA, H.; NUÑEZ, V. *El espíritu de la tierra – plantas y animales em la vida del pueblo Kuna*. Quito: Ed. Abya Yala, 1999.

Recebido em junho de 2009.

Aceito em novembro de 2009.

Publicado em dezembro de 2009.